

Giovanni Sanguinetti
Transmissora de
Energia S.A

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.213	14.541	Fornecedores	11	265	184
Títulos e valores mobiliários	5.1	95.756	40.722	Encargos sociais e trabalhistas	12	107	-
Contas a receber de clientes	6	18.835	17.447	Imposto de renda e contribuição social		476	1.910
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	7.151	7.122	Obrigações tributárias	13	3.551	1.652
Tributos a compensar	9	352	259	Obrigações regulatórias	14	1.975	1.447
Contas a receber - Partes relacionadas	17	3	-	Dividendos a pagar		776	32.476
Ativo da concessão	7	178.221	170.796	Contas a pagar - partes relacionadas	17	493	620
Despesas pagas antecipadamente	10	320	604	Empréstimos e Financiamentos	15	38.086	36.097
Outros Ativos		3.813	363	PIS e Cofins diferidos	16	16.485	15.799
Total do ativo circulante		310.664	251.853	Outros passivos		9.119	2.669
				Total do passivo circulante		71.333	92.854
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	17.820	17.002	Empréstimos e Financiamentos	15	821.231	818.360
Ativo da concessão	7	1.510.557	1.463.609	Contingências Passivas		88	88
Outros ativos		1.925	1.933	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	281.368	251.580
Imobilizado		39	2	PIS e COFINS diferidos	16	139.727	135.384
Intangível		64	-	Total do passivo não circulante		1.242.414	1.205.412
Total do ativo não circulante		1.530.405	1.482.546				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
				Capital social		164.661	164.661
				Reserva de lucros		344.037	271.472
				Dividendos adicionais propostos		18.624	-
				Total do patrimônio líquido		527.322	436.133
TOTAL DO ATIVO		1.841.069	1.734.399	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.841.069	1.734.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		11.711	161.388
Remuneração financeira do ativo de concessão		214.761	264.771
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(24.068)	(45.459)
RECEITA LÍQUIDA	20	202.404	380.700
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	21	(10.539)	(5.182)
LUCRO BRUTO		191.865	375.518
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(3.618)	(6.085)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		188.248	369.433
Receitas financeiras	22	11.769	15.985
Despesas financeiras	22	(75.577)	(85.104)
RESULTADO FINANCEIRO		(63.807)	(69.119)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		124.440	300.314
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	23	(2.687)	(1.908)
Diferido	23	(29.788)	(88.049)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		91.965	210.357
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)		0,5585	1,2775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	91.965	210.357
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>91.965</u>	<u>210.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Legal	de incentivos fiscais	de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		164.661	14.799	10.308	303.484	-	-	493.252
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	210.357	210.357
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(229.379)	-	-	(229.379)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	(5.621)	(5.621)
Constituição de reserva legal	23	-	10.518	-	-	-	(10.518)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	-	-	8.049	-	-	(8.049)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	-	(32.476)	(32.476)
Constituição de reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	153.693	-	(153.693)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		164.661	25.317	18.357	227.798	-	-	436.133
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	91.965	91.965
Constituição de reserva legal	23	-	4.598	-	-	-	(4.598)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	-	-	9.770	-	-	(9.770)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	-	(776)	(776)
Constituição de reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	58.197	-	(58.197)	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	18.624	(18.624)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		164.661	29.915	28.127	285.995	18.624	-	527.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		91.965	210.357
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	29.788	88.049
Provisão para PIS e COFINS diferidos	16	5.029	24.416
Remuneração do ativo de concessão	20	(214.761)	(264.771)
Ganho de eficiência	20	-	(153.459)
Receita de operação e manutenção	20	(13.107)	(7.929)
Amortização dos custos de transação	15	876	552
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	22	(12.319)	(15.985)
Juros e variação sobre empréstimos	15	73.570	82.991
Caixa gerado pelas operações		(38.959)	(35.779)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Clientes	6	(1.388)	(2.679)
Ativo da concessão	7	173.495	166.220
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	835	-
Tributos a recuperar	9	(93)	(5.028)
Despesas pagas antecipadamente	10	284	(604)
Contas a receber - partes relacionadas	17	(3)	-
Outros ativos		(3.443)	(461)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	11	81	(2.659)
Imposto de renda e contribuição social		-	1.910
Encargos sociais e trabalhistas	12	107	-
Obrigações tributárias	13	1.899	(1.483)
Obrigações regulatórias	14	528	488
Contas a pagar - partes relacionadas	17	(127)	184
Outros passivos		6.450	2.669
Provisões		-	88
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.298)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		137.368	122.866
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível		(101)	(2)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	5.1	(138.822)	142.271
Resgates em Títulos e valores mobiliários	5.1	93.897	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(45.026)	142.271
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(32.476)	(239.266)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(5.621)
Pagamento de juros de empréstimos	15	(33.134)	(11.024)
Pagamento principal de empréstimos	15	(36.452)	(11.634)
Aplicações em Fundos vinculados - Caixa restrito	5.2	(1.142)	(17.002)
Resgates em Fundos vinculados - Caixa restrito	7	2.534	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(100.670)	(284.547)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8.328)	(19.410)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	6.213	14.541
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	14.541	33.951
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8.328)	(19.410)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A (“Companhia” ou “Argo VIII”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2017 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 29 de julho de 2022, a ARGEB Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”) assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, para a aquisição de 100% das ações da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A

Em 30 de Novembro de 2022, a Companhia teve suas ações transferidas para a ARGO. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A detém 100% do capital social da Companhia.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Açú III - Milagres II C2;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III C2.

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Em 12 de julho de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus últimos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 19 de julho de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (12 de julho de 2021).

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 114.558 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 160.484 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo VIII.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – International Financial Reporting Standards”, emitidas pelo “IASB – International Accounting Standards Board”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo da concessão que é determinada de acordo a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

2.5. Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando a Companhia a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas para melhor entendimento dos usuários das informações das demonstrações financeiras.

3 Políticas Contábeis Materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- a. **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- b. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais,

tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- c. **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros ativos	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar – partes relacionadas	Custo amortizado
Outros passivos	Custo amortizado

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.5 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo VIII obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.6 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.7 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as

IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.8 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.10 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da

rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, a receita pela operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo da concessão é de 8,75% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo da concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável

aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2023 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 74.505, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo da concessão em contrapartida do saldo do ativo da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” e o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.11 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos da concessão

Um ativo financeiro e ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.12 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “*performance*” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Passivos não circulantes com <i>Covenants</i>	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	6.213	14.541
	6.213	14.541

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos valores mobiliários (*)	95.756	40.722
Total	95.756	40.722

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 107,40% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (80% do CDI em 31 de dezembro de 2022). As carteiras dos Fundos são compostas exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. Fundos Vinculados – Caixa Restrito

5.1 Fundos vinculados – Caixa restrito

	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	17.820	17.002
Total	17.820	17.002

(**) Para fins de garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	18.835	17.447
	<u>18.835</u>	<u>17.447</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos a vencer	15.066	17.447
Títulos vencidos em até 30 dias	99	-
Títulos vencidos em até 90 dias	1.836	-
Títulos vencidos há mais de 90 dias	1.834	-
Total	<u>18.835</u>	<u>17.447</u>

7 ATIVO DA CONCESSÃO

7.1 Composição do ativo da concessão - Saldos acumulados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção	1.216.557	1.216.557
Remuneração do ativo de concessão	765.164	550.403
Ganho de eficiência	153.459	153.459
Recebimentos	(473.471)	(299.977)
Receita de operação e manutenção	27.069	13.962
Total	<u>1.688.778</u>	<u>1.634.404</u>
Circulante	178.221	170.796
Não circulante	1.510.557	1.463.608

7.2 Margens de Obrigações e Performance

<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
-------------------	-------------------

Margem de O&M

Receita	13.107	7.929
Custos	(10.539)	(5.182)
Margem (R\$)	<u>2.568</u>	<u>2.747</u>
Margem Percebida (%)	20%	35%

7.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.374.466
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	264.771
Ganho de eficiência	153.459
Receita de operação e manutenção	7.929
Recebimentos	(166.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.634.405
Remuneração do ativo de concessão e variação monetária	214.761
Receita de operação e manutenção	13.107
Recebimentos	(173.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.688.778

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.151	7.122
Total	<u>7.151</u>	<u>7.122</u>

9 TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS a compensar	11	7
COFINS a compensar	49	32
ISS a recuperar	220	220
Outros impostos a compensar	72	-
Total	<u>352</u>	<u>259</u>

10 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Seguros a apropriar (*)	309	604
Outras despesas a apropriar	11	-
Total	<u>320</u>	<u>604</u>

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 25.

11 FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	265	184
Total	<u>265</u>	<u>184</u>

12 ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários	7	-
Provisão de bônus	27	-
Provisão de férias	39	-
Encargos trabalhistas	34	-
Total	<u>107</u>	<u>-</u>

13 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	2.831	1.330
ICMS – diferencial de alíquota	4	2
ISS de terceiros	435	316
Outros tributos	281	4
Total	<u>3.551</u>	<u>1.652</u>

14 OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para P&D	1.835	1.319
Encargos regulatórios a recolher (*)	141	128
Total	<u>1.975</u>	<u>1.447</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
Saldo final 31/12/2021	793.572	793.572
Juros e variação monetária	82.990	82.990
Pagamentos Principal	(11.634)	(11.634)
Pagamentos Juros	(11.024)	(11.024)
Custo de transação	552	552

Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Saldo final 31/12/2022	854.457	854.457
Juros e variação monetária	73.570	73.570
Pagamentos Principal	(36.452)	(36.452)
Pagamentos Juros	(33.134)	(33.134)
Custo de transação	877	877
Saldo final 31/12/2023	859.317	859.317
Classificado como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	38.086	36.097
Não circulante	821.231	818.360

Em 10 de outubro de 2019, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia, a companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 671.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 1,91% ao ano, a título de remuneração, acima do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Esse financiamento será pago em 251 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de setembro de 2022, e sua liquidação é prevista até 15 de julho de 2043.

15.1 Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2023
2025	37.373
2026	37.994
2027	38.639
2028 em diante	707.225
Total	821.231

Para fins contratuais, são considerados como Instrumentos de Garantia todas as garantias reais presentes e futuras outorgadas pela Contratante em favor do BNDES, conforme aplicável, no âmbito do Contrato BNDES (Instrumentos de Garantia), incluindo, mas não se limitando ao:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES, sendo o valor equivalente a 3 vezes o valor da primeira prestação mensal do serviço da dívida, até que se efetue o pagamento da primeira prestação de amortização; e equivalente a 3 vezes o valor da última prestação mensal vencida caso possua ICSD de no mínimo 1,3.
- Fiança bancária: os Fiadores se comprometem a emitir a(s) Carta(s) de Fiança em favor do BNDES em garantia do integral e tempestivo cumprimento de 100% das obrigações pecuniárias devidas a título de

principal, acrescido dos respectivos juros, comissões, penas convencionais e demais encargos decorrentes do Contrato BNDES assumidas pela Contratante até a Exoneração das Fianças.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e dois décimos).

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

16 PIS E COFINS DIFERIDOS

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorre à medida que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	126.766
Constituição	146.970
Amortização	(122.554)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	151.182
Constituição	21.078
Amortização	(16.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	156.212
Classificado como:	
Circulante	16.485
Não circulante	139.727

17 PARTES RELACIONADAS

O saldo do passivo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 493 (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2022), representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Vigência	31/12/2023		31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Ativo	Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
		Argo I Transmissão de Energia S.A.	31/07/2024	3	493	620
Total		3	493	620	4.869	620

17.1 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 e R\$ 7.161, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

O montante total da remuneração pago pela Argo Transmissão de Energia S.A. é rateado com a Companhia e as demais empresas do grupo, o montante correspondente a Companhia e reconhecido no resultado referente ao rateio da Remuneração da Administração é no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 801 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

18 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível ambiental, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos na qualidade de ré, cujo prognóstico de perda seja provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 3.692 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2022).

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 164.661, dividido em 164.661.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2023			31/12/2022		
	Quant. Ações	Ações ordinárias	%	quant. Ações	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	164.661	164.661.000	100	164.661	164.661.000	100

19.1 Reservas de Lucros

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 4.598 para constituição da reserva legal.

(b) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 58.198 para constituição de reserva de lucros a realizar com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

(c) Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0090/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 11 de novembro de 2020 foi garantido à Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia destinou R\$ 9.970 (R\$ 8.049 em 31 de dezembro de 2022) para constituição de reservas de incentivos fiscais, apresentado o montante acumulado de R\$ 28.127.

(d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	91.966	210.357
Reserva legal - (5%)	(4.598)	(10.518)
Reserva de incentivos fiscais	(9.770)	(8.049)
Lucro líquido ajustado	<u>77.598</u>	<u>191.790</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	776	32.476
Dividendos adicionais propostos	18.624	-
Reservas de lucros	58.197	153.693
Juros sobre capital próprio	-	5.621

20 RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de remuneração do ativo de concessão	214.761	264.771
Receita de operação e manutenção	13.107	7.929
Ganho de eficiência	-	153.459
Parcela Variável e outras deduções	(456)	(4.060)
Outras receitas	(1.396)	-
Receita bruta	<u>226.016</u>	<u>422.099</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(5.030)	(24.416)
(-) Encargos regulatórios	(2.200)	(1.983)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(16.382)	(15.000)
Receita líquida	<u>202.404</u>	<u>380.700</u>

21 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	(9.112)	(10.624)
Pessoal	(4.155)	(270)
Arrendamentos e aluguéis	(176)	(48)
Depreciação e Amortização	(4)	-
Seguros	(372)	(632)
Tributos	(25)	(9)
Materiais	(266)	(174)
Outros	(47)	490
Total	<u>(14.157)</u>	<u>(11.267)</u>

Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(10.539)	(5.182)
Despesas gerais e administrativas	(3.618)	(6.085)

22 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/202</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	12.319	15.960
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(573)	25
Outras receitas financeiras	23	-
Total	<u>11.769</u>	<u>15.985</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(2)	(180)
Juros e variação monetária	(73.570)	(82.991)
Outras despesas financeiras	(2.005)	(1.933)
Total	<u>(75.577)</u>	<u>(85.104)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(63.807)</u>	<u>(69.119)</u>

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	124.440	300.314
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	<u>(42.310)</u>	<u>(102.106)</u>
Benefício fiscal	9.837	8.049
Juros sobre capital próprio	-	1.910
Adições e exclusões permanentes	20	-
Outros	(22)	2.190
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	<u>(29.788)</u>	<u>(88.049)</u>
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	<u>(2.687)</u>	<u>(1.908)</u>
Alíquota efetiva	26%	30%

23.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(10.169)	173.701	163.532
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	1.849	-	1.849
Contratos de concessão (b)	-	86.199	86.199
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(8.320)	259.900	251.580
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	776	-	776
Contratos de concessão (b)	10.524	18.488	29.012
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.980	278.388	281.368

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação durante o período de concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (CPC 47/IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

24 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	91.965	210.357
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	164.661.000	164.661.000
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,5585	1,2775

25 INSTRUMENTO FINANCEIROS

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	95.756	40.722	95.756	40.722
Total			95.756	40.722	95.756	40.722
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	6.213	14.541	6.213	14.541
Contas a receber de clientes	6	2	18.835	17.447	18.835	17.447
Ativo da concessão	7	3	1.688.778	1.634.405	1.688.778	1.634.405
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	17.820	17.002	17.820	17.002
Total Ativo			1.731.646	1.683.395	1.731.646	1.683.395
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	11	2	265	184	265	184
Contas a pagar - partes relacionadas	17	2	493	620	493	620
Empréstimos e Financiamentos	15	2	859.317	854.457	859.317	854.457
Outros passivos			9.119	2.669	9.119	2.669
Total Passivo			869.194	857.930	869.194	857.930

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que,

além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

25.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 18.835 (R\$ 17.447 em 31 de dezembro de 2022).

25.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

25.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

25.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2023, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	265	-	-	-
Financiamentos	38.086	38.256	38.877	744.098
Total	38.351	38.256	38.877	744.098

25.5 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	6.213	724	543	362
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	95.756	11.156	8.367	5.578
Fundos restritos	Redução do CDI	17.820	2.076	1.557	1.038
Instrumentos financeiros ativos		119.789	13.956	10.467	6.978
Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	859.317	33.513	25.135	16.757
Instrumentos financeiros passivos		859.317	33.513	25.135	16.757

26 SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O